



Processo nº. 23000.018375/2024-15

ESCLARECIMENTO 04 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025
--

PERGUNTA Nº1: “Quanto à composição da planilha de formação de custos, especialmente no que diz respeito ao benefício de plano de saúde previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) aplicável à categoria profissional envolvida na execução contratual. Observamos que, embora o Edital determine o cumprimento integral da CCT da categoria vigente, não há menção expressa, nem a indicação de valores referenciais para o benefício de plano de saúde nas planilhas de composição de custos. Essa omissão pode ensejar interpretações divergentes por parte dos licitantes, na medida em que alguns, por zelo ou orientação contábil, incluirão o custo correspondente, enquanto outros não considerarão esse item na formação do preço, ocasionando uma disparidade entre as propostas, comprometendo a isonomia e a competitividade do certame, princípios norteadores da condução do processo licitatório aos quais a Administração está adstrita, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Além disso, a ausência de diretrizes claras sobre a inclusão desse encargo, cujo cumprimento decorre de norma coletiva, conforme dispõe o art. 611-A da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá resultar em glosas durante a execução contratual, bem como em potenciais riscos jurídicos tanto para a Administração quanto para o contratado, em caso de descumprimento ou controvérsia futura. Diante disso, solicitamos, respeitosamente, a retificação do edital para sanar a omissão demonstrada, ou ao menos que seja esclarecido por meio de resposta oficial, o procedimento a ser adotado pelos licitantes quanto à inclusão do encargo exigido pela CCT na elaboração das propostas. Requer-se, ainda que seja disponibilizado um valor de referência uniforme a ser adotado por todos os licitantes na planilha de custos, de modo a garantir condições equânimes de participação. A adoção dessa medida reforça o princípio da igualdade entre os concorrentes, além de conferir maior transparência e segurança jurídica ao processo licitatório em curso.”

PERGUNTA Nº2: “Em atenção ao instrumento convocatório da licitação em epígrafe, com amparo no **art. 164** da Lei nº 14.133/2021, apresentar Pedido de Esclarecimento, no que se refere à elaboração da proposta e da planilha de composição de custos, considerando-se os impactos da Lei nº 14.973/2024, que determinou a reoneração gradual da folha de



pagamento. Para melhor compreensão, veja-se o que diz a referida norma acerca da alteração progressiva nas alíquotas da contribuição patronal ao INSS e da CPRB:

- 2025: 5% (INSS) e 3,6% (CPRB)
- 2026: 10% (INSS) e 2,7% (CPRB)
- 2027: 15% (INSS) e 1,8% (CPRB)
- 2028: 20% (INSS) e 0% (CPRB)

Assim, tendo em vista que tais modificações impactam diretamente o principal insumo do objeto licitado — a mão de obra —, ainda que a contratação não se enquadre no regime de dedicação exclusiva, e que o contrato decorrente do presente certame poderá perdurar por mais de cinco anos, sendo atingido, portanto, pela regra da gradualidade acima descrita,

questiona-se:

A proposta deverá contemplar: **a)** Planilhas de custos diferenciadas por exercício (2025 a 2028), refletindo as respectivas alíquotas progressivas de INSS e CPRB, uma vez que já previstas na legislação aplicável; ou **b)** Adotar apenas a alíquota vigente no exercício de 2025 (5% de INSS e 3,6% de CPRB), com a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato nos exercícios subsequentes, conforme as variações legais já estabelecidas, mesmo não sendo um fato imprevisível. Tal esclarecimento visa garantir a correta formatação da proposta, a observância da isonomia entre os licitantes e a adequada manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao longo de sua execução, evitando futuras discussões nesse sentido.”

PERGUNTA Nº3: “Em atenção ao instrumento convocatório da licitação em epígrafe, vem, respeitosamente, com amparo no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e, quando aplicável, no art. 87, § 1º da Lei nº 13.303/2016, apresentar Pedido de Esclarecimento quanto aos valores que deverão ser inseridos na Planilha de Custos e Formação de Preços, a título de “Salário-Base” e “Auxílio-Alimentação”.

Para melhor compreensão, nos termos do art. 4º do Decreto nº 10.854/2021, é permitido às empresas aderentes ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) realizar desconto de até 20% sobre o valor do auxílio-alimentação concedido ao trabalhador, ou em percentual diverso quando assim definido em instrumento normativo coletivo aplicável.

Adicionalmente, com fundamento no § 3º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, entende-se que, para fins de elaboração da proposta e preenchimento da Planilha



de Custos, deve ser adotada a convenção coletiva de trabalho (CCT) vinculada à atividade preponderante da empresa licitante, ainda que distinta da atividade a ser contratada, desde que suas disposições sejam mais benéficas ao trabalhador.

Diante disso, solicita-se a confirmação de que, para empresas formalmente cadastradas no PAT, é admitida a aplicação do desconto autorizado — seja o limite legal de até 20% ou o percentual previsto na CCT aplicável à atividade preponderante da licitante — sobre o valor do auxílio-alimentação, mesmo quando este corresponder ao valor mínimo estipulado no edital, desde que observadas as condições estabelecidas no instrumento coletivo e na legislação vigente.

Tal solicitação visa assegurar a adequada interpretação e compatibilização entre as regras editalícias, a legislação federal e os instrumentos coletivos aplicáveis, para fins de correta elaboração da proposta de preços.”

Resposta 1: “Deverá ser cotado os benefícios constantes da planilha, conforme obrigatoriedade de CCT: Plano de assistência - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PLANO AMBULATORIAL; Seguro de vida - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SEGURO DE VIDA E ASSISTÊNCIA FUNERAL; Plano odontológico - CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA. O valor referência consta na planilha de custo disponibilizada pela Administração.”

Resposta 2: “Não se exige planilha escalonada por exercício, assim, a empresa deverá apresentar somente planilha com o percentual referente ao ano vigente. A variação legal será absorvida por reequilíbrio contratual.”

Resposta 3: “Entende-se que é responsabilidade do licitante garantir que o benefício líquido ao trabalhador atenda o piso definido no edital, na planilha e na CCT.”

Brasília, 25 de junho de 2025.

RICARDO DOS SANTOS BARBOSA



Ministério da Educação
Subsecretaria de Gestão Administrativa
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
Coordenação de Licitações
Divisão de Licitações

Pregoeiro